


Políticas e práticas na educação especial no estado de Alagoas - início e atualidade: uma revisão bibliográfica

AUTORIA

Bárbara C. Amorim da Silva Amaral 

Pedagoga formada pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e mestranda em educação especial pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Especial - PROPGEEES pela UFAL e UNCISAL

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-9969-3515>

E-mail: barbaracarolaine25@gmail.com

Recebido em:

28 abr. 2026

Aprovado em:

15 jun. 2026

DOI: <https://doi.org/10.28998/cdp.v2i2.20817>

Introdução

A educação especial, enquanto área do conhecimento e prática educacional, tem como finalidade estruturar serviços, recursos e estratégias que assegurem o acesso, a participação e a aprendizagem de estudantes com deficiência no contexto escolar. Ao longo

de sua trajetória histórica, o campo foi marcado por mudanças paradigmáticas — segregação, integração e inclusão —, as quais definiram distintos modos de compreender o estudante público-alvo e de organizar as respostas educacionais oferecidas a ele. Tais transformações também se refletem nas políticas públicas, que orientam a elaboração e a implementação de serviços alinhados a concepções específicas de atendimento.

No Brasil, marcos legais como a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996 (Brasil, 1996), impulsionaram um movimento de reorganização dos sistemas de ensino, fundamentado no paradigma da inclusão escolar. Conforme apontam Funês e Calheiros (2016), esses dispositivos normativos convocaram os entes federativos a adotar práticas que assegurassem o direito de estudantes com deficiência à escolarização na rede regular.

Contudo, foi apenas com a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), em 2008, que a inclusão passou a ser formalmente reconhecida como diretriz nacional. Documentos posteriores, como o Decreto nº 6.111/2009, regulamentaram o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e instituíram as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) como suporte à escolarização. Mais adiante, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) consolidou o compromisso estatal com a garantia de acessibilidade, inclusão e igualdade de oportunidades no território nacional.

O estado de Alagoas, situado na região Nordeste do Brasil, apresentando a cidade de Maceió como sua capital, apresenta um contexto socioeconômico influenciado pela sua expressividade turística. Porém, o estado é composto majoritariamente por famílias de baixa renda, o que repercute na disponibilidade e na qualidade dos serviços públicos. Dados do IBGE (2022) revelam que 48,4% da população alagoana com 25 anos ou mais não possui instrução ou não concluiu o ensino fundamental, indicador que reforça os desafios históricos relacionados ao acesso e à permanência na escola. Nesse cenário, discutir a trajetória e as práticas da educação especial no estado torna-se fundamental para compreender os avanços e limitações das políticas voltadas ao público-alvo da educação especial.

Assim, este artigo tem como propósito analisar cinco estudos que abordam o desenvolvimento das práticas educacionais de educação especial em Alagoas, buscando compreender como as políticas públicas influenciaram a organização desses serviços ao longo do tempo. A relevância deste estudo reside na necessidade de contextualizar historicamente a educação especial no estado, bem como identificar os elementos que condicionam sua configuração atual. A partir dessa análise, pretende-se contribuir para uma compreensão mais ampla dos caminhos percorridos pela educação especial em Alagoas e das perspectivas futuras para efetivação da inclusão escolar.

Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza bibliográfica. Conforme argumenta Gil (2002), esse tipo de investigação fundamenta-se na análise de produções intelectuais já publicadas, especialmente obras acadêmicas e artigos científicos, que oferecem subsídios teóricos para a compreensão de um determinado fenômeno. Assim, o objetivo central consistiu em examinar criticamente o conteúdo dos materiais selecionados, de modo a estabelecer um diálogo analítico acerca do tema investigado.

Para a composição do corpus, foram identificados e selecionados cinco artigos científicos, obtidos por meio das seguintes *strings* de busca: percurso da educação especial, práticas, políticas e Alagoas.

Como critérios de inclusão, consideraram-se exclusivamente estudos produzidos no estado de Alagoas. Em contrapartida, foram excluídos materiais publicados antes da década de 2010, a fim de garantir a atualidade das publicações.

Resultados e discussões

A história da educação especial no estado de Alagoas apresenta um percurso longo, marcado pela reprodução das diretrizes e políticas educacionais nacionais. Em 1973, a Secretaria Estadual de Educação instituiu a Diretoria de Educação Especializada, configurando um marco inicial na organização desse atendimento no estado. Contudo, somente a partir da década de 1990 Alagoas passou a elaborar seus próprios documentos normativos, ainda que fortemente orientados pelas políticas e referenciais nacionais.

De acordo com o estudo de Fumês e Calheiros (2014), desenvolvido na capital alagoana, Maceió, a política de educação especial no município é organizada e conduzida pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Os autores destacam que Maceió apresenta maior disponibilidade de recursos quando comparada aos demais municípios do estado.

O estudo também evidencia que a SEMED, em articulação com o Ministério da Educação (MEC) e com financiamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), é responsável pela oferta de formações continuadas, bem como pela garantia de estrutura física e de materiais pedagógicos às escolas da rede municipal.

Apesar desses avanços, persistem diversas limitações nas escolas maceioenses, entre as quais se destacam a inadequação da infraestrutura arquitetônica às necessidades dos estudantes com deficiência, a insuficiência de recursos de tecnologia assistiva e a oferta restrita de formações continuadas específicas para os docentes que atuam com esse público.

Essas fragilidades revelam a necessidade de investimentos mais robustos e de políticas mais efetivas voltadas à promoção da educação inclusiva no município. No estudo de Barbosa e Fumês (2018), envolvendo uma análise documental, referente ao documento “Plano Municipal de Educação” referente ao período de 2015 a 2025, demonstrou que as práticas educacionais expressadas no cotidiano escolar demonstraram resultados parecidos ao estudo anterior.

O estudo apresentou as instituições responsáveis por organizar as práticas educacionais em educação especial, se expressando principalmente pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Em relação aos resultados do estudo foi apresentado que a cidade de Maceió necessita de documentos norteadores próprios, pois as escolas municipais e a Secretária seguem documentos de orientações em educação especial no âmbito federal. No entanto, tais orientações nem sempre apresentam orientações que acomodam às necessidades dos alunos com deficiência maceioenses/alagoanos.

No estudo de Barbosa e Fumês (2018), que realizou uma análise documental do Plano Municipal de Educação (2015–2025) em comparação com as práticas educacionais expressas no cotidiano escolar, foram identificados resultados semelhantes aos do estudo anterior. Os autores evidenciam que as instituições responsáveis pela organização das práticas de educação especial no município são, sobretudo, a Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

Quanto aos resultados, observa-se que a cidade de Maceió carece de documentos norteadores próprios, uma vez que as escolas municipais e a Secretaria seguem majoritariamente orientações federais relativas à educação especial. Entretanto, tais orientações nem sempre atendem às necessidades específicas dos estudantes com deficiência do contexto maceioense/alagoano.

Mais recentemente, o estudo de Tenório e Mercado (2024) apresenta uma análise sobre a relação entre políticas públicas e práticas educacionais em educação especial, com foco específico na educação infantil. Os autores examinam um documento de orientação pedagógica fornecido pela Secretaria Municipal de Educação, articulando-o às vivências atuais dos alunos público-alvo da educação especial nessa etapa de ensino.

Diferentemente dos estudos anteriores, os resultados indicam que o principal desafio na condução das práticas de educação especial não se limita à ausência de documentos norteadores próprios do estado ou município. O problema central, segundo os autores, reside em percepções ainda fundamentadas em uma perspectiva clínica, bem como em práticas de Atendimento Educacional Especializado que não contemplam as especificidades do público atendido, especialmente no que se refere ao cuidado adequado com bebês.

Dessa forma, destaca-se a necessidade de que os profissionais responsáveis pela educação especial no município atentem para práticas de cuidado alinhadas às particularidades das crianças e dos bebês com deficiência. É imprescindível que as práticas pedagógicas assegurem experiências condizentes com a faixa etária, ao mesmo tempo em que garantam o atendimento especializado requerido por esses sujeitos

No âmbito do estado de Alagoas, Pavezi e Mainardes (2019) apresentam um estudo de revisão que reúne trabalhos produzidos em diferentes municípios alagoanos, incluindo, mas não se limitando a Maceió. O objetivo do estudo foi identificar como as práticas educacionais se manifestam nesses contextos, especialmente no que se refere ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) e à estrutura física das escolas.

Os trabalhos analisados indicam que as instituições dos municípios investigados apresentam limitações significativas, tais como barreiras arquitetônicas, ausência de propostas de formação continuada e restrições quanto à elaboração de documentos orientadores próprios voltados à educação especial, dificultando o atendimento adequado às necessidades dos estudantes com deficiência no estado.

Por sua vez, o estudo de Almeida (2024) também realiza uma revisão bibliográfica de pesquisas produzidas em Alagoas, porém com resultados mais complexos. Segundo a autora, embora a prática do AEE esteja presente nas escolas alagoanas, o cotidiano da educação especial ainda revela diversas barreiras de ordem estrutural, política e pedagógica. A escassez de formações continuadas e a falta de valorização do trabalho do educador especializado contribuem para a permanência de barreiras atitudinais.

Ademais, são evidenciadas limitações importantes na infraestrutura das escolas, apesar da existência de políticas como a Lei nº 13.146/2015, que assegura os direitos das pessoas com deficiência, incluindo o acesso à educação. Diante desse cenário, reforça-se a necessidade de que as secretarias e demais instituições responsáveis se mobilizem para atender às demandas da educação especial, de modo a favorecer a efetivação do processo de inclusão escolar dos estudantes público-alvo da educação especial no estado de Alagoas.

Propostas de melhorias

Diante dos trabalhos analisados, constatou-se que o Estado de Alagoas apresenta práticas educacionais em educação especial que demandam mudanças sobretudo de caráter político. Tais mudanças devem orientar o desenvolvimento de documentos orientadores estaduais e municipais, fundamentados nos princípios das políticas nacionais de educação especial na perspectiva da inclusão escolar, mas adaptados às necessidades educacionais especializadas dos estudantes com deficiência do estado.

Nesse sentido, torna-se imprescindível o estabelecimento de um diálogo contínuo entre a Secretaria Estadual de Educação de Alagoas e as secretarias municipais,

em articulação com especialistas da área de educação especial vinculados às universidades localizadas no estado, bem como com setores como a assistência social e as áreas terapêuticas.

Essa articulação visa à elaboração de documentos orientadores que ofereçam diretrizes claras aos profissionais da educação especial atuantes nas escolas alagoanas, de modo que possam desenvolver práticas educativas inclusivas voltadas ao público-alvo da educação especial em Alagoas.

Além disso, esses documentos devem apresentar orientações quanto ao perfil profissional adequado para a atuação na educação especial, aos critérios de seleção desses profissionais e às propostas de formação continuada que lhes devem ser asseguradas. Por fim, destaca-se a necessidade de garantir a implementação dos direitos trabalhistas desses profissionais, assegurando que sejam exercidos de forma justa e coerente com seus deveres e responsabilidades.

Considerações finais

O presente estudo, desenvolvido a partir de uma revisão bibliográfica composta por cinco trabalhos, analisou o percurso histórico e o estado atual das práticas e políticas de educação especial em Alagoas. As pesquisas examinadas apresentaram contribuições relevantes e reflexões consistentes sobre a realidade escolar do estado, evidenciando tanto alguns avanços quanto a permanência de desafios estruturais.

Durante o processo de levantamento bibliográfico, verificou-se, contudo, uma quantidade significativamente reduzida de produções científicas que abordam, de forma aprofundada, a constituição histórica e a configuração contemporânea da educação especial no contexto alagoano.

Essa lacuna aponta para a necessidade de que pesquisadores vinculados às instituições de ensino superior do estado ampliem a produção de estudos que investiguem, com rigor teórico e metodológico, questões como o desenvolvimento inicial e a situação atual das práticas escolares voltadas ao público-alvo da educação especial.

A persistência de problemáticas que se mantêm desde os primeiros registros até a atualidade demonstra a urgência de maior atenção científica ao tema. Investigações contínuas e contextualizadas são fundamentais para subsidiar políticas públicas, orientar práticas pedagógicas e contribuir para a melhoria das condições educacionais e sociais dos estudantes da educação especial em Alagoas.

Referências

Almeida, T.S.G. Uma revisão sistemática do atendimento especializado em Alagoas. *X Semana Internacional da Pedagogia: A luta por direito à educação: sentidos, políticas e formação docente*, 2024.

Barbosa, M.O.; Fumes, N.L.F. Educação especial no município de Maceió/Alagoas: a fragilidade das políticas públicas. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 38, n. 106, p. 281-298, set./dez. 2018.

Calheiros, D.S.; Fumes, N.L.F. A educação especial em Maceió/Alagoas e a política do atendimento. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 20, n. 2, p. 249-264, abr./jun. 2014.

Gil, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Pavezi, M.; Mainardes, J. Políticas de educação especial em Alagoas: revisão de pesquisa empírica. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Bauru, v. 25, n. 4, p. 747-764, out./dez. 2019.

Tenório, E.M.P.; Mercado, E.L.O. Atendimento educacional especializado em creches e pré-escola: análise dos documentos norteadores de uma professora da educação especial. *Debates em Educação*, Maceió, v. 16, n. 38, 2024.

Políticas e práticas na educação especial no estado de Alagoas - início e atualidade: uma revisão bibliográfica

Policies and practices in special education in the state of Alagoas - beginnings and presente: a bibliographical review

Políticas y prácticas en educación especial en el estado de Alagoas: inicios y presente: una revisión bibliográfica

Resumo	Abstract	Resumen
<p>A educação especial é a área direcionada a organizar as práticas e os estudos científicos focados nos alunos com deficiência, denominados como alunos público-alvo da educação especial, a partir de 2008 pela PNEEPEI. Tal área se expressou por meio de períodos educacionais, denominados como segregação, integração e inclusão escolar. Tais períodos foram influenciados por políticas, expressadas tanto em documentos com força de lei e de orientações. Com isso, de extremamente necessário conhecer esses períodos históricos, afim de compreender melhor a atual situação na educação especial no estado de Alagoas. Dessa forma, o presente artigo trata-se de um estudo de revisão bibliográfica sobre cinco estudos, focando analisar tais trabalhos para extrair informações sobre as políticas e práticas pedagógicas expressadas na educação especial no estado de Alagoas.</p>	<p>Special education is the area focused on organizing practices and scientific studies centered on students with disabilities, referred to as the target audience of special education since 2008 by the National Policy on Special Education from the Perspective of Inclusive Education (PNEEPEI). This area has been expressed through educational periods, known as segregation, integration, and school inclusion. These periods were influenced by policies, expressed both in legally binding documents and guidelines. Therefore, it is extremely necessary to understand these historical periods in order to better comprehend the current situation of special education in the state of Alagoas. Thus, this article is a bibliographic review of five studies, focusing on analyzing these works to extract information about the policies and pedagogical practices expressed in special education in the state of Alagoas.</p>	<p>La educación especial es el área que se centra en la organización de prácticas y estudios científicos dirigidos a estudiantes con discapacidades, considerados el público objetivo de la educación especial desde 2008 por la Política Nacional de Educación Especial desde la Perspectiva de la Educación Inclusiva (PNEEPEI). Esta área se ha manifestado a través de periodos educativos conocidos como segregación, integración e inclusión escolar. Estos periodos estuvieron influenciados por políticas, tanto en documentos legalmente vinculantes como en directrices. Por lo tanto, es fundamental comprender estos periodos históricos para entender mejor la situación actual de la educación especial en el estado de Alagoas. Así, este artículo presenta una revisión bibliográfica de cinco estudios, con el objetivo de analizar estas obras y extraer información sobre las políticas y prácticas pedagógicas de la educación especial en el estado de Alagoas.</p>
<p>Palavras-chave: Educação especial. Políticas e práticas educativas. Estudantes. Alagoas</p>	<p>Keywords: Special education. Policies and educational practices. Student. Alagoas.</p>	<p>Palabras clave: Educación especial. Políticas y prácticas educativas. Estudiante. Alagoas.</p>